

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL Gabinete da Deputada **Júlia Lucy - NOVO**



INDICAÇÃO NIND 2295/2019 DE 2019 (Da Sra. Deputada JULIA LUCY)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, providências para o restabelecimento do fornecimento de água no setor de chácaras Santa Luzia, localizado na Cidade Estrutural.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, providências para o restabelecimento do fornecimento de água no setor de chácaras Santa Luzia, localizado na Cidade Estrutural.

JUSTIFICAÇÃO

O saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição Federal, o qual tem como "serviços infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas"¹, estando diretamente ligado à saúde.

A população do setor de chácaras Santa Luzia clama por providências, uma vez que o fornecimento de água na região tem sido escasso, o que contribui ainda mais com os problemas de um setor em fase de regularização.

Assim, sugere-se que providências sejam tomadas para que a cidadania da população de Santa Luzia seja mantida, além de se evitar a proliferação de doenças.

Por todo o exposto contamos com o apoio dos ilustres pares na aprovação desta presente proposição.

Sala das Comissões, em

2019

Deputada JÚLIA LUCY

Setor Protocolo Legislativo <u>TND Nº 2095 / 2019</u> Folha Nº 01 @

SEXTRACIA COS ACA

¹ "O que é saneamento básico?" <u>https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/biologia/o-que-e-saneamento-basico.htm</u>



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA LEGISLATIVA

DISTRIBUIÇÃO DE INDICAÇÃO

Ao Setor de Protocolo Legislativo – SPL para as devidas providências e, em seguida, ao Setor de Apoio às Comissões Permanentes – SACP, para encaminhamento para análise de mérito.

CCJ (art. 63/RICLDF)	CAF (art. 68/RICLDF)
CEOF (art. 64/RICLDF)	CESC (art. 69/RICLDF)
CAS (art. 65/RICLDF)	CSEG (art. 69-A/RICLDF)
CDC (art. 66/RICLDF)	CDESCTMAT (art. 69-B/RICLDF)
CDDHCEDP (art. 67/RICLDF)	CFGTC (art. 69-C/RICLDF)
	CTMU (art. 69-D/RICLDF)

Em 09/09/2019 14:22

Lucas Demetrius Kontoyanis Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo INS Nº 2295/ 2019 Folha Nº 02